

Performance do Fundo Amazônia para Comunidades Tradicionais Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA

*Ester Feche Guimarães**

Resumo

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Fundação de Apoio Institucional Muraki obtiveram aprovação de 4,6 milhões do Fundo da Amazônia para o mapeamento social do Bioma Amazônia em 2010 para 36 meses de projeto. A metodologia participativa conta com 70 pesquisadores e 27 povos e comunidades tradicionais da região.

A missão do Fundo Amazônia de redução do desmatamento exige análise do modelo adotado e identificação dos saberes que irão promovê-la, bem como a reflexão de como diferentes visões sobre o processo de fomento são percebidas e consideradas para definição das estratégias, metas e indicadores, especialmente na compreensão de suas complexidades e importância na confirmação de práticas sociais e empresariais sustentabilidade.

O artigo, resultado de revisão bibliográfica e entrevistas qualitativas, a partir de duas linhas de avaliação de práticas das comunidades e povos da Amazônia e de procedimentos do Fundo, objetiva desenvolver debate sobre modelos de fomento e dispositivos que possam contribuir à redução do desmatamento e desenvolvimento sustentável da Amazônia. Como conclusão, entende-se que é necessária a gestão inovadora e alternativa, com um Fundo Local para Comunidade e Povos em gestão colegiada, cujo compartilhamento é constitutivo de uma nova governança colaborativa. Visando assim, constituir um espaço coletivo de contraste, disputa e composição das diferentes visões e interesses dos atores, na perspectiva de uma prática mais solidária, menos alienada, mais participativa e cuidadora das comunidades e do meio ambiente.

Palavras-Chave: Amazônia, comunidades tradicionais e povos, modelo de fundo.

Abstract

University of the State of Amazonas (UEA) and Institutional Support Foundation Muraki have obtained the approval of 4.6 million from the Fund Amazon to the social mapping of the Amazon Biome in 2010 during 36-month project. The participatory methodology has 70

* Doutoranda em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos/USP

researchers and 27 peoples and traditional communities.

The mission of the Fund to reduce deforestation requires analysis of the adopted model and identification of knowledge who will promote it as well as the reflection of how different views on the process of development are perceived and considered for defining strategies, targets and indicators, especially in understanding its complexities and importance in confirming social practices and corporate sustainability.

The article, results of literature review and qualitative interviews from two lines of assessment practices of communities and peoples of the Amazon Fund and procedures, aims to develop debate on development models and devices that may contribute to the reduction of deforestation and development Amazon sustainable. In conclusion, it is understood that management is required innovative alternative with a Fund for Location Place people in the community and collegiate management, whose share of management is constitutive of a new collaborative governance. Aiming thus constitute a collective space contrast, competition and composition of different views and interests of actors, from the perspective of a more practical solidarity, less alienated, more participative and caring communities and the environment.

Key-Words: Amazon, peoples and traditional communities, found model.

1. Metodologia

O artigo é resultado das discussões havidas no âmbito da disciplina Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Está fundamentado em metodologia qualitativa de pesquisa e recursos metodológicos multivariados de coleta de dados: pesquisa bibliográfica que identifica as práticas sociais da Nova Cartografia Social afinadas com um modelo hegemônico de pensar o meio ambiente, desmatamento e economia sobre as comunidades nativas; pesquisa documental disponível em internet do mesmo período e matérias de jornais sobre o Fundo Amazônia e Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; tomada de apontamentos com a construção de paráfrases apoiadas nos autores pesquisados numa crítica às práticas do setor da economia marrom para a composição de citações; entrevistas qualitativas na tomada de testemunhos de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Banco BNDES, Beraca e de entrevistados que solicitam anonimato e que atuam na Amazônia com comunidades e povos objetivando uma reflexão do modelo hegemônico dos Fundos de Fomento e proposição de novos modos de financiar ações de combate ao desmatamento na Região Amazônica (BAUER E GASKELL, 2002; DENZIN, 1970A; DENZIN, 1970B; QUIVY E VAN CAMPENHOUDT, 2003).

2. Descrição do projeto

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) promove mapeamento pelas comunidades tradicionais do processo de ocupação e uso do solo e do Bioma da Amazônia. O processo de territorialização diferenciada constitui o objeto do projeto, que busca materializar a manifestação da autcartografia dos povos e comunidades nas publicações. Tem por objetivo a produção de fascículos e mapas da cartografia social pelas comunidades, e de livros e artigos técnicos pelos pesquisadores. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2013). O PNCSA tem como proponentes a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Fundação de Apoio Institucional Muraki (FAIM).

Os recursos do Fundo da Amazônia e BNDES são de R\$ 4.614.587,03 para o mapeamento social do Bioma Amazônia, que contempla 27 povos e comunidades tradicionais da região durante um período de 36 meses, de 2011 à 2014 (BNDES, 2013).

3. Descrição da Universidade e Fundação Muraki

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) está posicionada entre as universidades com melhor desempenho na região Norte. Os avanços na tecnologia da informação e da comunicação ajudaram a UEA a vencer as distâncias geográficas e as dificuldades de comunicação e de acesso às comunidades cujo trajeto pode exigir vários dias de viagem de barco num estado que ocupa 18% do território nacional (UEA, 2013). A estrutura do PNCSA conta com diversas coordenações, destacando-se: a geral, que faz planejamento de oficinas de mapas, encontros regionais, cursos e supervisão administrativa; a que realiza oficinas de mapas e cursos, e articulação da rede de colaboradores; a de sistematização, que faz edição de fascículos, organização documentação e arquivista. A esta distribuição de coordenações estão vinculados pesquisadores, especialistas e alunos da pós-graduação e graduação (UEA, 2013, NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2013).

A Fundação Muraki foi criada em 13 de julho de 1999 como uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, cujas atribuições são de articulação de fóruns de discussão de pesquisadores abordando e alertando com temas como saberes da construção participativa, leis ambientais e direitos humanos e direitos autorais, e conduzir todas as atividades burocráticas como: celebração de convênios, captação, gerenciamento e repasse de recursos do Fundo da Amazônia (FAIM, 2002; BNDES, 2012).

O projeto, com sede em Manaus, conta com a participação de mais sete Universidades Estaduais do: Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia

e Roraima. A equipe de colaboradores do PNCSA é composta por 19 doutores em Antropologia, Direito, Geografia, Biologia, Sociologia e História, 14 doutorandos, 22 mestres, 16 mestrandos, 7 especialistas, 12 bacharéis e 10 bacharelados atuando por meio de metodologia participativa (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2013).

4. Descrição do estágio atual do projeto

O projeto foi aprovado em 30/11/2010 com contratação em 06/05/2011 e teve 44% de desembolso até 03/04/2013 com a produção de mais de 135 cartilhas de construção participativa, livros e artigos técnicos. O Primeiro Catálogo do PNCSA apresentará um balanço geral dos resultados da nova cartografia e deverá ser publicado no site no mês de agosto de 2013.

Arranjos institucionais inovadores dinamizaram a gestão de associações entre professores, pesquisadores e alunos do PNCSA, que adotou um modelo descentralizado de gestão participativa em encontros regionais promovidos pelas Universidades Estaduais, com acompanhamento periódico dos levantamentos e divulgação dos resultados. Há diferenças relevantes da gestão tradicional de um projeto do Fundo e aquela voltada à gestão descentralizada, que prioriza o ganho de escala dos mapeamentos e é promovida de forma participativa e colaborativa com as comunidades. Por meio de debates locais com pesquisadores e comunidades discutem-se os planos de ações, problemas e os enfrentamentos necessários à condução do projeto.

No que tange à execução nas comunidades, os pesquisadores ensinam técnicas de GPS e de mapeamento, coletam depoimentos sobre a história social e problemas locais. Os agentes sociais produzem croquis, mapeiam a região e os elementos relevantes, marcam, com GPS, os pontos do que consideram significativo de seu território. O PNCSA georeferencia na base cartográfica essas informações, os croquis, com desenhos, esboços e reproduções de símbolos e objetos como casas, embarcações - ícones para compor as legendas dos mapas. Simultaneamente, transcrevem-se certos depoimentos e selecionam-se os que compõem o fascículo. Esse trabalho é transformado numa minuta de fascículo, que é remetido à comunidade para correção e o envia de volta ao PNCSA, que encaminha à editora para publicação de mil cópias de cada fascículo. Parte da produção gráfica fica com o PNCSA para distribuir a pesquisadores, núcleos de pesquisa, universidades e órgãos estatais, tais como Ministério Público Federal e Procuradoria da República. O restante fica com o movimento social e é usado como parte integrante de sua estratégia de autoafirmação social e de resolução de seus problemas (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2013).

Os próprios pesquisadores providenciam o cumprimento de todos os procedimentos de prestação de contas de gastos, relatórios e atividades de pesquisa. Os pesquisadores, pessoas altamente qualificadas, têm uma diária média de U\$15 nas oficinas, sendo que as contribuições das comunidades em alimentação e organização não são computadas. O resultado é de eficácia elevada, que torna o projeto de baixo custo e alto retorno quanto à produção do conhecimento e qualidade de informações do Bioma Amazônia.

A inovação tecnológica é o monitoramento em tempo real com a integração de bases cartográficas em diferentes *layers* visando aplicativos customizados às realidades da Amazônia. Nessas aplicações as atualizações serão providas por laboratórios em implantação nas Universidades Estaduais que receberão dados das comunidades em tempo real (JORNAL DA CIÊNCIA, 2012).

5. Análise do projeto com foco em métricas

O Fundo da Amazônia adotou três indicadores para avaliação dos projetos para desembolso de recursos: 1) o Indicador de Estrutura atua no plano das condições legais para verificação da existência de mecanismos institucionais necessários para facilitar a realização do objetivo em questão; 2) os Indicadores de Resultados mensuráveis estão diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia; 3) o Indicador de Anuência de todos os parceiros e co-executores proponentes. (FUNDO DA AMAZÔNIA, 2013).

Identifica-se no sentido de atendimento ao Indicador de Estrutura, que a Universidade do Amazonas criou um curso de especialização para capacitar os profissionais do PNCSA com temas de governança, gestão de pesquisadores, gestão de informação, e construção de saberes para os resultados planejados. Inclui-se a sociologia, urbanismo, antropologia, direito e administração, bem como questões burocráticas e administrativas (UEA, 2013).

Os Indicadores de Processos são quantitativos e facilmente identificáveis pelas publicações dos fascículos e mapas produzidos: setenta fascículos referentes ao trabalho das três primeiras etapas de pesquisa, 13 livros e um mapa (síntese referente à área ecológica dos babaçuais). A tiragem de 85.000 fascículos, 13.000 livros (desde 2005) e 7.400 mapas (BNDES, 2013).

Nesse sentido, os indicadores para liberação de recursos demonstram que o projeto transcorre segundo o previsto com os programas ligados à Fundação, sendo que segundo o coordenador, a performance de análise e liberação do Fundo é lenta com repercussões no trabalho, igualmente da Fundação e do BNDES. Será publicado o primeiro catálogo com o balanço geral dos resultados do PNCSA ainda

no segundo semestre de 2013, que permitirá a constatação dos resultados.

O desafio do PNSA é a transformação de ações concretas já constatadas em Indicadores de Resultados, que permitirão uma avaliação objetiva dos impactos do PNCSA no desmatamento da Amazônia. A EMBRAPA, por exemplo, vem desenvolvendo iniciativas de pesquisas apoiadas nos produtos do PNCSA para gestão do desmatamento e devastação ambiental, geo-rastreabilidade, sistemas de monitoramento e balanços ambientais. O Serviço Florestal Brasileiro cadastrou o PNCSA como um dos projetos que contribuiu para as ações caracterizadas como REDD+. Semelhantemente, o Ministério do Meio Ambiente, no que tange à Política Nacional de Mudanças de Clima, incluiu nas reuniões de construção a pactuação voluntária técnica o PNCSA (JORNAL DA CIÊNCIA, 2013; FUNDO AMAZÔNIA, 2011).

Para o antropólogo Alfredo Berno, coordenador do projeto, os principais fatores enfrentados pela Fundação/Universidade na avaliação do projeto pelo Fundo da Amazônia são quanto à medição qualitativa de projetos que promovem transformação nas relações sociais de produção de comunidades com o objetivo de avaliar o impacto de fragmentação florestal, considerando a gestão e avaliação do desenvolvimento dessas comunidades. Há dificuldades em comparar os resultados das diferentes comunidades. Para superar este problema, busca-se evidências nas mudanças promovidas pelo projeto. A análise de efetividade e eficiência ainda não é possível de se realizar. Nesse sentido, há um trabalho em curso apoiado em relatório da CEPAL, que recomenda ao projeto estabelecer metas específicas e criação de um sistema de indicadores que permita medir esses avanços (UNITED NATIONS, 2007).

6. Análise do projeto e sua relação com o BNDES

Cumpre previamente informar que o projeto não se iniciou com recursos do Fundo da Amazônia. Identifica-se que o PNCSA recebeu apoio da Fundação Ford, Fundo Vale para Desenvolvimento Sustentável, Fundo FABIAM, Programa de Extensão Universitária - PROEXT /UFRR, CNPQ/CAPES. As publicações do PNCSA anteriores à proposta encaminhada ao Fundo da Amazônia estão disponíveis no site do projeto (FUNDAÇÃO FORD, 2013; JORNAL DA CIÊNCIA, 2013; CNPQ, 2013; NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2013).

Segundo os pesquisadores do projeto, da apresentação à aprovação do pelo BNDES passaram-se dois anos (2009-2011). Durante esse período foram inúmeras as reuniões e pedidos de mudanças pelos técnicos do banco à PNCSA; isso fez com que muitos pesquisadores abandonassem o projeto. O CNPQ complementa

recursos com bolsas aos pesquisadores. O determinante para a aprovação do Projeto pelo BNDES / Fundo da Amazônia foi o mapeamento do Bioma Amazônia com registros cartográficos. O projeto apresentava metodologia testada com resultados objetivos, capacidade de gestão e replicação em escala. As comunidades que adquiriram conhecimento da tecnologia passaram a produzir mapas e monitorar em tempo real as suas terras. Mesmo sendo um projeto maduro com resultados anteriores e de baixo valor, a lentidão e dificuldade de liberação dos recursos do BNDES é atribuída a alguns fatores, como dificuldades quanto ao desconhecimento dos analistas do Fundo: da região amazônica, das comunidades e da geografia da Amazônia, bem como de metodologias de trabalhos de governança colaborativa e seus resultados, assim como o distanciamento geográfico da sede do Fundo, no Rio de Janeiro, das áreas de aplicação dos projetos.

Quanto ao modelo de gestão do Fundo, na análise do Antropólogo Berno, o banco prioriza trabalhar com as organizações não governamentais, que fazem a mediação e vivem da tutela dos projetos, considerando que as agências multilaterais ainda têm força para promover mudanças. Identifica-se, porém, que os projetos pilotos desse modelo não foram bem refletidos politicamente, no caso de preservação de florestas tropicais, pois ditaram procedimentos que não trazem resultados, que perdem as realidades localizadas, pois os processos reais podem gerar muitas outras dificuldades não previstas nos procedimentos.

Nesse sentido, há necessidade de inovar o modelo de governança tradicional de projetos para a gestão colegiada com a universidade, comunidade e corpo técnico do Banco. Segundo Berno, *este deveria ser o fundamento do Fundo Amazônia de forma a trabalhar em conjunto pesquisadores, comunidade e corpo técnico.*

A relação com comunidades e o mecanismo de fomento no Fundo é muito recente. Não está no seu histórico de práticas a relação com as comunidades e universidades públicas, mas com empresas, ONGs e investidores. Segundo o coordenador do projeto, *os problemas identificados podem ser superados, mais ainda são grandes.* O banco não contabiliza os atrasos do seu processo burocrático e desconhecimento das comunidades locais, nem os benefícios e valores das contrapartidas das mesmas.

Informações de analistas do BNDES demonstram que atuais metas estratégicas para o Fundo da Amazônia devem ir além de prover retorno para o acionista como parâmetros para governança e sustentabilidade considerando bens intangíveis como retorno ambiental e social, que demandam mudanças de mentalidade dos próprios analistas. No entanto, as diretivas dos novos projetos passam por contribuir para as políticas públicas, promover programas estruturantes

e aprovar apenas projetos que tenham escala. (BNDES, 2012)

Nesse sentido, a pergunta que urge resposta é: em qual paradigma o BNDES deveria se apoiar para promover a inovação no modelo de um Fundo de fomento para o desenvolvimento sustentável?

7. Recomendações e para o PNCSA e seus desafios

Segundo informações do coordenador, as terras de quilombolas e as terras em mãos de comunidades tradicionais são as mais preservadas ambientalmente. O Brasil tem mais de 850 milhões de hectares, e esses grupos estão ocupando 75% das terras preservadas do território nacional. Não há censo econômico e nem censo identitário e demográfico que consiga responder aos desafios trazidos pela gestão da ocupação e desmatamento (MPF, 2013).

Nesse sentido, o desafio do PNCSA é a inovação do modelo de projeto para alcançar e manter todas as comunidades originárias da Amazônia, de forma a integrar as demandas locais para a manutenção e preservação de suas terras, por meio da governança. Este requer atuação articulada e integrada dos gestores públicos, setores correlatos ao desenvolvimento da Amazônia; que combine objetivos da preservação meio ambiente com o equacionamento dos problemas sociais, de forma a contribuir no formato de equacionamento dos desafios trazidos pela sustentabilidade. Um modelo inovador de projeto, que atenda aos desafios das controvérsias sociotécnicas da Amazônia, deverá prover mecanismos adequados, de forma a garantir provisão de recursos a populações indígenas e quilombolas segundo critérios que insiram a dimensão intangível reconhecida pela economia verde. Deverá considerar os necessários arranjos entre organizações burocráticas, que consigam efetivar a inserção desta problemática na tomada de decisão nos seus diversos âmbitos de ação, uma vez que a ausência do reconhecimento do valor proveniente das contribuições de uma comunidade nativa desafia as políticas públicas e gestão de recursos de fomento no Brasil.

Recomenda-se identificar concatenações, mediadores, além de um mapa de atores. Não na busca de causas e efeitos, mas na identificação de como as “coisas começam a agir”. Como diferentes atores desse processo são percebidos e considerados para definição de políticas públicas, frente ao direito da Amazônia. Como as conexões entre atores ocorrem, e de que forma se tornam importantes na confirmação de práticas sociais e desenhos institucionais para provisão de recursos para populações nativas e do modelo das Políticas Públicas da Amazônia. Criando um grupo de pesquisa que contribua na construção de lei que contemple os conhecimentos tradicionais, culturais e identidades para alavancagem de uma nova

economia da Amazônia. Como conclusão, entende-se que a nova cartografia social da Amazônia implica em escolhas e limitações numa redefinição do espaço em que se exerce a governança, de modo que os atores conectados sejam entendidos como coletivos e individuais com diferentes interesses.

8. Recomendações para elevar a eficiência e eficácia do Fundo Amazônia

A administração de bens por comunidades tem demonstrado uma eficácia superior à administração privada. Fica evidente que o modelo liberal em que se apoia a atual gestão do fundo é proveniente de escolas positivistas de economia clássica, que não conseguem capturar os ganhos qualitativos promovidos por valores intangíveis.

O atual modelo de gestão define metas quantitativas da correlação do realizado no tempo e avalia um projeto em função dos dados tangíveis. Esta é a metodologia mais antiga de gestão que não consegue ver os ganhos efetivos e que demanda inovação. Há ganhos inimagináveis nos trabalhos construídos com as comunidades na contrapartida com conhecimento e registro da Amazônia. A população nessas comunidades não é residual; é o que está em crescimento, a população que restou face a uma crise de administração do passivo ambiental e do uso dos recursos naturais. A despeito dessa constatação, a parte do projeto que previa repasses diretos a comunidades tradicionais para continuidade dos trabalhos em suas comunidades não ocorreu por motivos procedimentais do BNDES, que não autoriza repasse às comunidades.

Uma parceria entre o BNDES e a Fundação Banco do Brasil (FBB) pretende fortalecer a agricultura familiar, assentados da reforma agrária e etnias indígenas, tais como as comunidades Kayapó, com 18 projetos aprovados em junho de 2013 (GUARDIAN, 2013). O atual modelo de governança do BNDES promovido pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) apresenta limitações que não permitem explicitar os ganhos intangíveis. O BNDES apresenta duas linhas claras de fomento: Projetos estruturantes e Projetos de Atuação no Bioma Amazônia de grande capacidade de replicação e resultados em grande escala. O BNDES tem respondido bem às empresas, investidores e ONGs, mas o que se pode dizer quanto aos mecanismos para comunidades e esfera pública?

O modelo de desenvolvimento da Amazônia é objeto de atenção. O fato do BNDES adotar mecanismos tradicionais gerais e aplicar esses procedimentos para o Fundo Amazônia demanda inovação com a criação de um banco local, cuja missão será maior que conter o desmatamento, mas a promoção do desenvolvimento sustentável apoiado na economia verde e nas comunidades originárias da

Amazônia.

Sugere-se um Fundo das Comunidades e Povos da Amazônia, localizado na Amazônia, cuja centralidade seja fomentar projetos diretamente conduzidos pelas comunidades e povos, que combine: 1) analistas selecionados para imersão em programa de capacitação em parceria com a UEA, semelhante ao elaborado para os pesquisadores da PNCSA com visitas iniciais e periódicas às comunidades; 2) novos analistas contratados provenientes de programas de graduação e pós-graduação das comunidades e povos da Amazônia egressos dos Programas Federais de Inclusão de Indígenas. Isto afetaria a cadeia de valor, promovendo a substituição de procedimentos por princípios solidários de crédito e educação que promovam ganhos permanentes, num reconhecimento de suas contribuições.

A gestão inovadora deve permitir responder aos desafios dessas comunidades, bem como da urbanização das cidades dentro desse território, cujo crescimento e preservação carecem de atenção, pois a interferência humana é a primeira dimensão da vulnerabilidade a ser considerada na Amazônia. Deve-se substituir a passividade pela pró-atividade, de forma a antecipar o desenvolvimento com o planejamento de ações legítimas de incentivo e fortalecimento da regulação regional.

Não apenas o desmatamento, mas também a poluição ambiental proveniente da mudança de comportamento de consumo das comunidades e crescimento das áreas periurbanas com degradação do meio ambiente devem ser contemplados em análise de risco, pois a notável resiliência da Amazônia não pode ser garantida pelo princípio da precaução, mas por políticas, programas e projetos que um banco de fomento deve planejar para promover o desenvolvimento sustentável na sua totalidade, com as comunidades num foco de mobilização comunitária para retornos sociais e ambientais. O Grameen Bank quebrou diversos paradigmas e pode ser referência para o novo modelo.

Há saberes que modificam a dinâmica e resultados dos projetos. O Brasil é único país da América Latina que não tem uma lei sobre os conhecimentos tradicionais. É insuficiente ter um anteprojeto, e isso dificulta o uso dos conhecimentos tradicionais. Revela um divórcio de aspectos não somente culturais e identidades, mas econômicos, e revela como estão sobrevivendo e multiplicando esse quadro de crise econômica. Essas comunidades têm um potencial não acionado, pois são consideradas promotoras de uma economia primitiva e atrasada. É uma visão evolucionista do século XIX do próprio BNDES. Segundo Berno: *Há que se entender a atual crise. Como se pode dizer que tem muita terra para pouco índio? As terras indígenas são as mais preservadas ambientalmente!*

Neste sentido, o Fundo ainda não apresenta um planejamento que consiga

fomentar projetos para equacionar as externalidades ambientais, “*outcomes*” com geração de valor compartilhado, ficando legado a outras formas de soluções. Assim, haverá uma dualização extremada nas políticas de sustentabilidade econômica, social e ambiental da Amazônia, da economia marrom e da economia verde.

Faz-se necessário a gestão inovadora e alternativa com um fundo local numa gestão colegiada, cujo compartilhamento da gestão é constitutivo de uma nova governança. As formulações desses colegiados são marcadas pela preocupação com a melhor representação possível de atores provenientes de diversos níveis e processos da organização, da sociedade civil, do Poder Público, de agentes financeiros e representantes que garantam a representatividade necessária das comunidades para uma governança colaborativa (Donahue, 2004). Visando assim, constituir um espaço coletivo de contraste, disputa e composição das diferentes visões e interesses dos atores, na perspectiva de uma prática mais solidária, menos alienada, mais participativa e cuidadora das comunidades e do meio ambiente.

9. Conclusões

O Fundo Amazônia foi convidado a participar da sessão pública das análises realizadas pelos alunos, doutorandos e mestrandos dos programas de pós-graduação da Universidade de São Paulo, muitos dos quais se deslocaram para a Amazônia e Rio de Janeiro durante as pesquisas em busca de dados primários. Outros entrevistaram diversos atores por telefone ou *skype*. Diversos convidados como o Conselho Técnico de Administração do Fundo, sociedade civil, ONGs e empresas estiveram presentes. Porém, no que tange à presença do Fundo Amazônia, deixo o registro de que chamou a atenção o envio pelo BNDES de um advogado, com claro intuito de blindar a instituição, e um chefe de média gerência do BNDES. Nesse sentido, considerando que o objeto deste artigo é a análise da relação direta do Fundo com comunidades e povos da Amazônia, urge resposta a uma questão: quais as mudanças que promoveriam um Banco hábil no atendimento aos desafios trazidos por um novo momento do país, de uma sociedade civil que tem demandas, críticas, saberes e contribuições a dar ao velho modelo?

10. Referência Bibliográficas

BAUER MW. GASKELL G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis:Vozes; 2002.

BNDES. **Análise socioambiental de projetos**.
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Políticas_Transversais/Política_Socioambiental/analise_ambiental.htm.

Acesso em 18/04/2013 16:30hs.

- _____. **Um Banco de História e de Futuro. BNDES: um banco de história e do futuro.** São Paulo: Museu da Pessoa, 2012. Disponível em < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf>. Acesso em 24/06/2013 às 10:03hs
- BRASIL. Procuradoria Regional da República da 4. Região. 19/04/2012 17:27. http://www.prr4.mpf.gov.br/pesquisaPauloLeivas/caracteristicas_ind.php
- DENZIN NK. **Sociological methods: a sourcebook.** Chicago: Aldine; 1970a.
- DENZIN NK. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods.** Chicago: Aldine; 1970b.
- DONAHUE, JOHN D. 2004. **On Collaborative Governance.** Working paper, John F. Kennedy School of Government, Center for Business and Government.
- FUNDAÇÃO FORD. **Mapping the Forests of the Brazilian.** Amazon<http://www.fordfoundation.org/newsroom/news-from-ford/462>. 18/04/2013. 18:00hs.
- FAIM FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL MURAKI. **Estatuto da Fundação de Apoio Institucional Muraki.** Manaus. Amazonas. 07/02/2002.
- FUNDO DA AMAZÔNIA. **Diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2013 e 2014.** 19/04/2012 17:27. http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/diretrizes_criterios/Diretrizes_e_Criterios_Fundo_Amazonia_14_03_2013.pdf
- GUARDIAM. **Governo Federal debate Fundo Amazônia.** 6/06/2013. Disponível em: <http://guardiandf.com.br/index.php/brasil/item/6396-governo-federal-debate-fundo-amaz%C3%B4nia>
- GOLDIM J.R. **O Princípio da Precaução.** Institut Servier. La prévention et la protection dans la société du risque: le principe de précaution. Amsterdam: Elsevier, 2001:15-16,23-34. Disponível <http://www.bioetica.ufrgs.br/precau.htm>. Acesso em 06-07-2012
- JORNAL DA CIÊNCIA. **Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia em nova fase com recursos do BNDES.** 2012. <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=80760>. 18 de abril de 2013. 18:10.
- MARINO E. **Diretrizes para Avaliação de Projetos e Programas de Investimento Social Privado.** Dissertação de Mestrado. 2013.
- _____. **APRESENTAÇÃO ABORDAGENS e POSSIBILIDADES PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS.** 2013.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Listagem de Terras Indígenas Funai – 2011.** In: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/terras-indigenas/tis/listagem-de-terras-indigenas-funai-2011.xls/view>.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. www.novacartografiasocial.com
-
- Fascículos. In:

[http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com_phocadownload
&view=category&id=3&Itemid=63](http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=3&Itemid=63). 2013.

PORTAL BRASIL. **Cop 16 – O que o Brasil está fazendo.**
[http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-o-brasil-esta-fazendo/metas-
domesticas](http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-o-brasil-esta-fazendo/metas-domesticas)

QUIVY R, VAN CAMPENHOUDT L. **Manual de investigação em ciências sociais.**
3. ed. Lisboa: Gradiva; 2003.

UNITED NATIONS. **United Nations Framework Convention on Climate Change.**
1994. Disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>.
Acesso em 06-07-2012

[http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com_content&view=article&i
d=19&Itemid=27](http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=27).

UNITED NATIONS. **Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas.** Nações Unidas, Junho de 2007. Impresso nas Nações Unidas, Santiago, Chile. Disponível em:
<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/29161/LC-W126.pdf>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA AMAZÔNIA.
<http://www3.uea.edu.br/pesquisa.php?dest=grpApr>

WORTHEN, B. R., SANDERS, J. R. & FITZPATRICK, J. L.. **“Avaliação de Programas.”** – São Paulo- Editora Gente, 2004.